



EDITAL

Deliberações tomadas na Reunião de Câmara n.º 03/2026, realizada a 02-02-2026

N.º de Registo	3803	Data	10/02/2026	Processo	2026/150.10.701/3
-----------------------	------	-------------	------------	-----------------	-------------------

RUI FERNANDO ANASTÁCIO HENRIQUES, Presidente da Câmara Municipal de Alcanena:

Faz saber, em cumprimento do determinado no art.º 35.º, n.º 1, alínea t), conjugado com o art.º 56.º, ambos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que se resumem no seguinte as deliberações tomadas por este Órgão Executivo, na Reunião Ordinária n.º 03/2026, de 02-02-2026, destinadas a ter eficácia externa:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- Aprovado o Voto de Louvor à equipa feminina de atletismo da Casa do Povo de Alcanena e respetivos atletas, que alcançaram notáveis resultados na Época Desportiva 2025/2026, no âmbito do Campeonato Distrital de Sub-20 em Pista Curta, realizado na Pista de Almeirim e na Nave Desportiva de Alpiarça.

1 - PONTO PRÉVIO

- Aprovada a Ata da Reunião de Câmara Ordinária número vinte e sete/dois mil e vinte e cinco, realizada a quinze de dezembro de dois mil e vinte e cinco, nos termos do disposto no artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.

- Aprovada a Ata da Reunião de Câmara Ordinária número dois/dois mil e vinte e seis, realizada a dezanove de janeiro de dois mil e vinte e seis, nos termos do disposto no artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.

Não participou na deliberação da ata o Senhor Presidente da Câmara, por não ter estado presente na reunião, nos termos do número três do artigo trinta e quatro do Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atual.

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.

2 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL, GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

- Declarar a extinção do procedimento de concessão por caducidade, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 27.º do Programa de Procedimento.

Deliberado também, autorizar a abertura de um novo período de apresentação de candidaturas, mantendo-se o programa de procedimento e o caderno de encargos aprovados em Reunião de Câmara e sessão da Assembleia Municipal de 25 de junho de 2025.

- Aprovado todo o proposto na informação ref.^a 2388, constante do processo ref.^a 2026/300.10.004/1, nomeadamente:

1 - Autorizada a abertura do concurso público para “Fornecimento de serviços de impressão baseado em equipamento de impressão, digitalização e fax”, ao abrigo do n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro na sua atual redação, e autorizada a realização da despesa, conforme disposto no artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 197/99 de 08 de junho, aplicável por força do artigo 4.º do mesmo diploma;

2 - Aprovadas as Peças do Procedimento: Caderno de Encargos, incluindo anexos, Programa de Concurso, incluindo anexos, e Anúncio de Concurso, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do CCP.

3 - Aprovado o preço base de 219.240,00€ (duzentos e dezanove mil, duzentos e quarenta euros) acrescido do IVA à taxa legal em vigor, com prazo de execução dos serviços de 36 meses, considerando-se que a mesma decorrerá entre 2026 e 2029;

4 - Designados, como membros do Júri do Procedimento, os seguintes trabalhadores:

- Presidente: Pedro Castro Bento Moisés, Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação, Grau 3, da DDOGFP - Divisão de Desenvolvimento Organizacional e Gestão Financeira e Patrimonial;

- 1.º Vogal efetivo: Paulo Sérgio Constantino Cordeiro, Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação, da DDOGFP - Divisão de Desenvolvimento Organizacional e Gestão Financeira e Patrimonial, que substitui o presidente, nas suas faltas e impedimentos;

- 2.º Vogal Efetivo: Nelson Manuel Castanheira Almeida, Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação, Grau 1, da DDOGFP - Divisão de Desenvolvimento Organizacional e Gestão Financeira e Patrimonial;

- 1.ª Vogal Suplente: Joana Nunes e Silva, Técnica Superior da DPGOM - Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais.

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



• 2.^a Vogal Suplente: Maria João Ruivo Santos, Técnica Superior da DPGOM - Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais.

5 - Delegado no júri as seguintes competências, previstas nos seguintes artigos do Código dos Contratos Públicos:

- Artigo 50.º, do CCP - Código dos Contratos Públicos – Prestar esclarecimentos solicitados pelos concorrentes, necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento;

- Artigo 50.º, do CCP - Código dos Contratos Públicos – Análise dos erros e omissões, com vista à pronúncia do órgão competente para a decisão de contratar;

- Artigo 66.º, do CCP - Código dos Contratos Públicos – Proceder à classificação de documentos da proposta;

6 - Delegado no Senhor Presidente da Câmara as seguintes competências, previstas nos seguintes artigos do Código dos Contratos Públicos:

- Artigo 50.º, do CCP - Código dos Contratos Públicos – Proceder à retificação e alteração das peças do procedimento;

- Artigo 50.º, do CCP - Código dos Contratos Públicos – Pronunciar-se sobre os erros e omissões;

- Artigo 64.º, do CCP - Código dos Contratos Públicos – Decidir sobre a prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas;

- Artigo 76.º e 77.º, do CCP - Código dos Contratos Públicos – A decisão de adjudicação e respetivas notificações ao adjudicatário;

- Artigo 98.º, do CCP - Código dos Contratos Públicos – A aprovação da minuta de contrato e respetiva notificação ao adjudicatário;

- Artigo 106.º, do CCP - Código dos Contratos Públicos – A representação na Outorga do Contrato, conforme previsto no n.º 1;

7 - Designado, como Gestor do Contrato, ao abrigo do disposto no número 1, do artigo 209.º-A, do CCP - Código dos Contratos Públicos:

- Pedro Castro Bento Moisés, Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação, Grau 3, da DDOGFP - Divisão de Desenvolvimento Organizacional e Gestão Financeira e Patrimonial e, em sua substituição, Nelson Manuel Castanheira Almeida, Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação, Grau 1, da DDOGFP - Divisão de Desenvolvimento Organizacional e Gestão Financeira e Patrimonial.

- Aprovada a desativação da Delegação dos Serviços Municipais em Minde, por se considerar que a mesma se encontra devidamente justificada à luz dos princípios da economia, eficiência

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



e eficácia da gestão pública, salvaguardando o interesse público e garantindo o acesso dos munícipes aos serviços municipais através de meios alternativos adequados.

- 1 - Propor à Assembleia Municipal de Alcanena, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, que nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que autorize:

a) A desafetação do domínio público municipal e a integração no domínio privado do Município de Alcanena de uma parcela de terreno com a área de 946,76 m², correspondente a parte de um caminho público sito em Carrascos, Freguesia de Monsanto, concelho de Alcanena, sendo as confrontações a Norte, Sul, Nascente e Poente com Rafael & Cordeiro, Lda.;

b) A afetação ao domínio público das seguintes parcelas de terreno, para beneficiação de caminho existente, parcelas essas a desanexar dos prédios que também se identificam:

- Parcela de terreno, com a área de 390,46 m², a desanexar do prédio rústico, sito em Carrascos, inscrito na matriz sob o artigo 87 Secção M, da freguesia de Monsanto, descrito na Conservatória do Registo Predial, sob o n.º 1827, da citada freguesia. Confrontações da parcela:

Norte – Ryan William Clarke Mendoza;

Sul e Nascente - Tiago Manuel da Costa Rei;

Poente – Caminho.

- Parcela de terreno, com a área de 170,01 m², a desanexar do prédio rústico, sito em Carrascos, inscrito na matriz sob o artigo 72 Secção M, da freguesia de Monsanto, descrito na Conservatória do Registo Predial, sob o n.º 1834, da citada freguesia. Confrontações da parcela:

Norte, Sul, Nascente e Poente - Tiago Manuel da Costa Rei.

- Parcela de terreno, com a área de 53,17 m², a desanexar do prédio rústico, sito em Carrascos, inscrito na matriz sob o artigo 74 Secção M, da freguesia de Monsanto, descrito na Conservatória do Registo Predial, sob o n.º 444, da citada freguesia. Confrontações da parcela:

Norte, Sul, Nascente e Poente - Tiago Manuel da Costa Rei.

- Parcela de terreno, com a área de 221,99 m², a desanexar do prédio rústico, sito em Carrascos, inscrito na matriz sob o artigo 75 Secção M, da freguesia de Monsanto, descrito na Conservatória do Registo Predial, sob o n.º 1148, da citada freguesia. Confrontações da parcela:

Norte, Sul, Nascente e Poente - Tiago Manuel da Costa Rei.

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.

- Parcela de terreno, com a área de 114,76 m², a desanexar do prédio rústico, sito em Carrascos, inscrito na matriz sob o artigo 76 Secção M, da freguesia de Monsanto, descrito na Conservatória do Registo Predial, sob o n.º 819, da citada freguesia. Confrontações da parcela:

Norte, Sul, Nascente e Poente - Tiago Manuel da Costa Rei.

2 - Determinar a publicação de edital, tornando pública a intenção do Município, concedendo um prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação, para apresentação de eventuais reclamações ou sugestões, nos termos do n.º 1 do artigo 122.º do Código do Procedimento Administrativo;

3 - Autorizar que as parcelas referidas no ponto 8.2 da referida informação técnica 2632 e no ponto 1, alínea b) desta deliberação, a desafetar do domínio público municipal, após a respetiva integração no domínio privado do Município, seja alienada à firma Rafael & Cordeiro, Unipessoal, Lda., para anexação ao prédio urbano confinante, inscrito na matriz sob o artigo 578 da freguesia de Monsanto e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 16;

4 - Determinar que, não havendo reclamações no prazo legal, o processo de afetação e desafetação seja submetido a deliberação da Assembleia Municipal de Alcanena;

5 - Determinar que o valor da parcela a alienar seja fixado oportunamente;

6 - Os efeitos da presente deliberação ficam condicionados à apresentação de certidões da Conservatória do Registo Predial válidas, e ao parecer favorável do ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, uma vez que o parecer junto ao processo já terminou a sua validade. Caso o ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas não apresente o seu parecer no prazo de 20 dias, será o mesmo considerado como favorável.

- Deferido o pedido de redução das Tarifas de Resíduos Sólidos Urbanos apresentado pela empresa referida na Informação 1667, referente às faturas números 2025/00053977, 2025/00061272, 2025/00068318, 2025/00075714, e 2025/00082702, emitidas pela AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento, Empresa Municipal, Sociedade Anónima.

A rotura foi confirmada pela AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, conforme ponto de serviço número 392922.

Deliberado informar o requerente e a AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, da respetiva decisão administrativa.

Mais, foi deliberado aprovar a redução das Tarifas RSU – Resíduos Sólidos Urbanos na fatura que for emitida imediatamente a seguir à fatura confirmada, caso ainda se reflita consumo da rotura.

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.

- Ratificado o despacho de deferimento do pedido de isenção de taxas, formulado pela Comissão de 2026 dos Festejos em Honra do Divino Espírito Santo, em Monsanto, para a realização do evento “Festival das sopas” – 2.ª Edição, realizada a trinta e um de janeiro de dois mil e vinte e seis, ao abrigo do disposto na alínea m), do artigo décimo, do Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara, em vinte e oito de janeiro de dois mil e vinte e seis, ao abrigo das suas competências delegadas.

- Autorizado o acionamento da reserva de recrutamento interna, no âmbito do procedimento concursal para a carreira e categoria de assistente operacional, área de ação educativa, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, para ocupação de um posto de trabalho, com vista a suprir uma necessidade temporária decorrente da ausência prolongada de trabalhadora do pessoal não docente, assegurando o cumprimento da dotação máxima definida para o ano letivo 2024/2025.

Deliberado ainda autorizar o início das diligências necessárias à formalização do respetivo procedimento, designadamente contactos com os candidatos constantes da lista de ordenação final, definição do posicionamento remuneratório e celebração do contrato, nos termos legais aplicáveis.

2.1 - SUBUNIDADE DE GESTÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTROLO ORÇAMENTAL

- Tomado conhecimento as declarações emitidas de acordo com o artigo 15.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro - Ano de 2025, no âmbito da LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.

Remeter à Assembleia Municipal, para conhecimento, nos termos da lei.

- Tomado conhecimento da Alteração número dois ao Orçamento e dois às Grandes Opções do Plano - Ano de dois mil e vinte e seis.

- Tomado conhecimento da Alteração número três ao Orçamento e três às Grandes Opções do Plano - Ano de dois mil e vinte e seis.

- Tomado conhecimento da Posição dos Cabimentos, Compromissos, Ordens de Pagamento e Pagamentos, no período de onze a vinte e três de janeiro de dois mil e vinte e seis.

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.

- Tomado conhecimento do Resumo Diário de Tesouraria, datado de trinta de janeiro de dois mil e vinte e seis, o qual acusa um saldo de 1.415.954,35€ (um milhão, quatrocentos e quinze mil, novecentos e cinquenta e quatro euros e trinta e cinco centimos), sendo 673.506,60€ (seiscentos e setenta e três mil, quinhentos e seis euros e sessenta centimos) de operações orçamentais e 742.447,75€ (setecentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e sete euros e setenta e cinco centimos) de operações não orçamentais.

3 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

- Aprovado o Parecer Prévio Vinculativo, para Aquisição de Serviços, para desenvolver o projeto “Zen Kids”, que consiste em sessões de yoga e relaxamento para as crianças do 1.º Ciclo do Agrupamento de Escolas de Alcanena, na modalidade de Avença, a Sílvia da Rocha Rito, pelo valor de 11.000,00€ (onze mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do n.º 2, do art.º 32.º, da LTFP - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e articulado no n.º 1, do art.º 6.º, do Decreto-lei n.º 209/2009, de 03/09.

- Aprovada a minuta de alteração ao contrato de arrendamento e a atualização do respetivo valor da renda mensal, relativa à titular do contrato do fogo n.º 4 do Bairro da Cantina, em Vila Moreira, conforme consta da informação referência 1690.

- Atendendo ao disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou a Câmara Municipal submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal as seguintes propostas:

- Aprovar a minuta e autorizar a assinatura do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município na Diretora do Agrupamento de Escolas de Alcanena, anexa à proposta com referência n.º 2833, e autorizar a afetação dos recursos financeiros necessários à execução do contrato, nos termos da respetiva minuta;

- Autorizar a delegação de competências na Diretora do Agrupamento de Escolas de Alcanena das seguintes matérias:

a) Regime Escolar (Programa de Leite Escolar e Fruta Escolar), para crianças a frequentar a Educação Pré-Escolar (EPE) e 1º Ciclo do Ensino Básico (EB);

b) Aquisição e manutenção de equipamento básico, mobiliário e material didático;

c) Pequenas obras de reparação, conservação e manutenção dos seguintes Estabelecimentos do Ensino, definidas no anexo III:

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- c.1 - Escola Básica Integrada Dr. Anastácio Gonçalves de Alcanena (2.º ciclo);
- c.2 - Escola Básica Professor Abílio Madeira Martins de Minde (2.º e 3.º ciclos);
- c.3 - Escola Secundaria de Alcanena nas intervenções que não estejam abrangidas pela garantia de obra realizada pela Empreitada “DPGOM_2024_01_Requalificação da Escola Secundaria de Alcanena”;
- d) Ação Social Escolar – Subsídio de Visitas de Estudo, definidas no anexo II;
- e) Outras competências específicas que venham a ser legalmente transferidas para o Município no domínio da educação e que as partes acordem por aditamento ao presente contrato.

Mais se consignou que, não obstante a data constante da minuta do contrato de transferência do financiamento, a respetiva transferência apenas poderá produzir efeitos após a necessária autorização pelo órgão deliberativo.

4 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E URBANISMO

- Assegurado que a execução da proposta de alteração simplificada da REN - Reserva Ecológica Nacional, cumpre integralmente os critérios técnicos e legais aplicáveis, garantindo a salvaguarda dos valores naturais, ambientais e territoriais da REN, foi deliberado:

Aprovar a proposta de alteração simplificada da delimitação da REN - Reserva Ecológica Nacional;

Submeter o processo à apreciação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT);

Dar conhecimento do procedimento à Assembleia Municipal de Alcanena.

- Aprovado, nos termos do disposto no artigo 98.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual, o início do procedimento conducente à elaboração do Regulamento de Ocupação do Espaço Público e Afixação e Inscrição de Publicidade do Município de Alcanena, e determinar a publicação do início do procedimento e participação procedimental na internet, no sítio da internet oficial do Município, com a indicação:

- Do órgão que decidiu desencadear o procedimento: Câmara Municipal;
- Da data em que o mesmo se iniciou: 2 de fevereiro de 2026;
- Do seu objeto: Retoma e elaboração do Regulamento de Ocupação do Espaço Público e Afixação e Inscrição de Publicidade do Município de Alcanena – Junção com Regulamento de Publicidade de Alcanena;

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.

- Da forma e prazo como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento: Que se constituam como interessados os particulares e as entidades que comprovem a respetiva legitimidade, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 68.º do CPA, mediante declaração escrita nesse sentido, e endereçada ao responsável pela direção do procedimento, e a qual pode ser entregue, pessoalmente, no Balcão Único de atendimento da Câmara Municipal, ou enviada por email para geral@cm-alcanena.pt, no prazo de 10 dias úteis contados da data da publicação do Edital no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Alcanena.

Findo o prazo acima referido, desde que se constituam interessados, será o Projeto de Regulamento submetido a audiência dos interessados, se houver, nos termos do artigo 100.º, do CPA – Código do Procedimento Administrativo, seguindo-se os demais trâmites previstos no CPA – Código do Procedimento Administrativo.

Designada, nos termos do disposto no artigo 55.º, do CPA – Código do Procedimento Administrativo, como responsável pela direção do procedimento, nela delegando o poder de direção do procedimento, Gabriela de Oliveira Neves, Técnica Superior da DDSU – Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo, podendo praticar todos os atos e formalidades que sejam necessários à sua condução, designadamente, promovendo a sua instrução, a audiência de interessados, análise dos contributos, a consulta ou a solicitação de pareceres a quaisquer entidades ou autoridades quando necessário, a realização das consultas públicas nos termos das normas legais aplicáveis.

Após o início do procedimento deverão depois seguir-se os demais trâmites previstos no CPA – Código do Procedimento Administrativo.

5 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

- Aprovado o Plano de Sinalização com Ocupação Temporária da Via Pública – Edifício Estaminé, sito na Praça Alberto Guedes, em Minde, para execução da obra Emp_DPGOM_2024_31 – Reabilitação de Edifícios Habitacionais denominados de Prédio mais Antigo, Casa Ladeiras, Casa Filhós, Edifício Estaminé, Casa Paraíso, Casas da Parreira e Quarteirão de Vila Moreira, com a respetiva comunicação de aprovação ao empreiteiro e alertado sobre a necessidade de colocação de sinalização vertical refletora nas zonas de estreitamento da via.

Deliberado ainda que o referido Plano de Sinalização com Ocupação Temporária da Via Pública seja devidamente publicitado e que a comunicação da aprovação e elementos relevantes sejam enviados às entidades competentes, nomeadamente Proteção Civil,

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



Bombeiros, GNR – Guarda Nacional Republicana, Junta de Freguesia e demais entidades pertinentes, com indicação da data de implementação do mesmo.

- Ratificado o despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara, no dia vinte e três de janeiro de dois mil e vinte e seis, ao abrigo do número três do artigo trigésimo quinto da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, no qual aprovou o Projeto de Sinalização Temporária de Segurança para a execução da EMP_DPGOM_2025_030 - Reabilitação/Alteração/Reconstrução de um conjunto edificado habitacional, sito em Minde – AZULEJOS, determinado para o dia 27-01-2026, no qual é definido um percurso alternativo e sinalização adequada para o respetivo desvio, sempre que essa necessidade de verifique.

- Reconhecer a efetiva prestação dos serviços de aluguer e montagem de iluminação de Natal para o ano de 2025, no âmbito do procedimento de Aq_Serviços_DPGOM_2025_35 – Aluguer e montagem de Iluminação de Natal 2025, realizados pela entidade classificada em primeiro lugar no procedimento, não obstante a ausência de contratação prévia por lapso dos serviços, e autorizar o respetivo pagamento, a título de indemnização, nos termos da lei, ratificando os atos praticados.

- Aprovada a proposta da CMTSR – Comissão Municipal de Trânsito e Segurança Rodoviária, de colocação de sinalização horizontal, nomeadamente a linha M14a - Paragem e estacionamento para cargas e descargas, na Rua Sítio do Vale, Gouxaria, Alcanena, conforme indicado no anexo I à informação referência 2568.

- Aprovada a proposta da CMTSR – Comissão Municipal de Trânsito e Segurança Rodoviária, de colocação de sinalização vertical de B3 - Via com prioridade e B4 - Fim de via com prioridade, na Rua São Vicente, na Louriceira (sentido Malhou-Louriceira), conforme indicado no anexo I à informação referência 2575.

- Aprovada a proposta da CMTSR – Comissão Municipal de Trânsito e Segurança Rodoviária, de colocação de sinalização vertical de B2 – Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos, na intersecção da Rua do Matico com a Rua da Ferreira, Louriceira, conforme indicado no anexo I à informação referência 2597.

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



6 - DIVISÃO DE CULTURA, TURISMO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

- Aprovada a abertura do período de candidaturas ao Programa 1.1 – Apoio a Atividades Regulares, a decorrer entre 3 e 28 de fevereiro, bem como os destinatários, os critérios de avaliação e a metodologia de apreciação, nos termos do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Local do Concelho de Alcanena, e conforme descrito na informação referência 2489.

- Aprovada a abertura e manutenção do Programa 0 – Apoio Base - Festividades, destinado ao apoio à realização de festividades religiosas e tradicionais de interesse comunitário, fixando o valor do apoio em 500,00€ (quinhentos euros) por festividade e estabelecendo como prazo de vigência do programa o período até 31 de dezembro de 2026, nos termos do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Local do Concelho de Alcanena.

7 - SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

8 - SERVIÇO VETERINÁRIO MUNICIPAL

E, para constar, se publica o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo.

O Presidente da Câmara

(Rui Fernando Anastácio Henriques)

Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autografa ¹

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.